

## BALANÇO SOCIAL E AMBIENTAL

### EVIDENCIAÇÃO DO INVESTIMENTO NO SOCIAL E NO AMBIENTAL

*Fabiano Simões Coelho*

*René Gomes Dutra*

*Ricardo Lopes Cardoso*

*Alunos do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis na UERJ*

#### RESUMO

**E**ste trabalho acadêmico destaca o compromisso que devem ter as empresas com a preservação ambiental e o bem-estar social.

É enfatizado o comprometimento da contabilidade com a mensuração e evidenciação das ações das empresas neste sentido. Pois ela é a ciência que se destaca neste mister, uma vez que detém dos dados essenciais para gerar relatórios com as informações mais relevantes para todo o tipo de usuário, incluindo a sociedade como um todo.

São abrangidos os aspectos favoráveis e desfavoráveis dos dois lados (empresa e sociedade), relevando sempre o interesse da coletividade em detrimento do particular.

Citamos aspectos destacados, pela mídia, das ações positivas e negativas empreendidas pelas empresas, com suas repercussões no mercado de capitais, num sentido mais restrito, e na sociedade, de modo mais genérico. São mostradas algumas soluções inteligentes, em que a empresa pode aliar a solução ambiental com um benefício econômico, ou seja, a preservação ambiental

em vez de se constituir em acréscimo de custo, pode provocar a sua redução.

A contabilização dos passivos ambientais e sociais deve ser efetuada, e não apenas no momento da ocorrência do acidente ou na observação dos seus malefícios, mas antes de sua ocorrência, no momento da percepção desta possibilidade.

Destacou-se o efeito positivo da adoção espontânea de ações preservacionistas que melhoraram a imagem da empresa perante os usuários dos seus produtos e serviços. De modo inverso, foram destacados os efeitos negativos para a sua imagem, quando não houve ações neste sentido ou quando elas foram adotadas por imposições legais ou da sociedade.

Exemplificamos uma operação típica de ataque ambiental e social durante as suas várias fases, e as ações que devem ser empreendidas para o restabelecimento da situação original.

Sugeriu-se contas de natureza ambiental e social a serem inseridas no plano de contas da empresa e apresentou-se um fluxograma para melhor visualização do reconhecimento, mensuração e contabilização de cada evento prejudicial à natureza e concluiu-se que, embora a finalidade continue sendo o lucro, ele

não deve ser conseguido irresponsavelmente, mas dedicando-se atenção especial ao ambiente e à sociedade, para que ele seja duradouro.

## 1 INTRODUÇÃO

O espantoso desenvolvimento das comunicações está disseminando, em todas as partes do mundo, a preocupação com a eliminação dos riscos que possam afetar o bem-estar da humanidade. O lugar de destaque que o capital intelectual está ocupando nas organizações, e, neste aspecto, desbancando as máquinas e as instalações da privilegiada posição que até bem pouco tempo elas ocupavam, está contribuindo decisivamente para esta nova postura. Cada vez mais os equipamentos, as instalações e os materiais estão perdendo importância dentro das organizações e o pessoal pensante está ganhando posição de destaque, com o desenvolvimento de formas e processos mais eficientes de produção. Assim, as empresas têm se preocupado em desenvolver e utilizar processos que permitam atingir metas de produção levando em consideração não só o lucro, pura e simplesmente, mas, também, implementando outras ações, com o objetivo de preservação da natureza e de melhoria, tanto dos ambientes de trabalho, quanto das áreas públicas de influência da empresa.

A melhoria das condições de vida passa, obrigatoriamente, por um conjunto de ações que transcende o importante item de preservação ambiental e se expande para a melhoria das condições de trabalho, assistência médica e social, além de incentivo às atividades culturais, artísticas e esportivas, bem como à preservação, reforma e manutenção de bens públicos e religiosos.

O grau de comprometimento da empresa com a sociedade deve ser muito grande, se constituindo em uma obrigação incontestável. Hoje não se concebe uma empresa operando sem preocupação com a sua influência sobre o meio ambiente e sobre o bem estar da população, seja ela sua força de trabalho ou não. Isso é enfatizado ao reconhecermos que

não existe empresa sem sociedade (mercados consumidor e fornecedor), e ambas não vivem no espaço, necessitam de um local, um ambiente para se estabelecerem.

Este trabalho visa retratar e evidenciar os custos, despesas, receitas, ativos e passivos ambientais e sociais, classificando os eventos que os originam, em consonância com a teoria contábil, no que tange a reconhecimento, mensuração, classificação e registro.

## 2 COMPROMETIMENTO DA CONTABILIDADE COM O SOCIAL

Ribeiro,<sup>1</sup> em sua dissertação de mestrado, enfatiza a preocupação de diferentes tipos de profissões e de áreas de conhecimento que se preocupam com o meio ambiente e o social.

A contabilidade social justifica-se pela exata relação de interdependência que une a sociedade à empresa e estas ao meio ambiente. A contabilização dos eventos que envolvem o meio ambiente e a sociedade, tem por escopo mensurar a integração das políticas sócio-econômicas da entidade com seu desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar que a contabilidade social aqui apresentada não é a mesma apresentada por Ramanathn<sup>2</sup>, em 1976, “um processo de seleção de variáveis, medidas e procedimentos para avaliar a atividade social da empresa com o objetivo de produzir informação relevante e divulgá-la aos públicos interessados, internos e externos”. Aproxima-se do conceito apresentado por Gray<sup>3</sup>, em 1996, “um processo de divulgação, a grupos particulares e à sociedade em geral, dos impactos sociais e ambientais resultantes da atividade econômica

<sup>1</sup> RIBEIRO, Maisa de Souza. *Contabilidade e Meio Ambiente*. Dissertação de Mestrado, FEA/USP, pag. I, São Paulo. 1992

<sup>2</sup> SILVA, João Pina da, et alii. *Novos desenvolvimentos da contabilidade: a contabilidade social*. Revista Revisores e Empresas. Lisboa, a.1, n.1, p. 31, abr./jun. 1998, in *Contabilidade social*. Revista Brasileira de Contabilidade, ano 28, n° 120, pag. 30-38, nov./dez. 1999

<sup>3</sup> SILVA, João Pina da, et alii. *Op cit*

das organizações, que vão para além da informação econômica e financeira que é fornecida aos detentores do seu capital". Este último conceito conflita com o pensamento de Paton<sup>4</sup> que acredita que a idéia do objetivo do profissional contábil ser um serviço público ou social é um absurdo, e que a função do contabilista é fornecer o melhor serviço para um cliente específico que pague pelo seu trabalho, independentemente dos demais interessados.

A contabilização destes eventos danosos é de extrema importância ao analisarmos o longo prazo de uma entidade.

Ao garantirmos a integridade do meio ambiente, estamos garantindo a continuidade da empresa, pelo simples fato que a preservação, recuperação, reciclagem e monitoramento do meio ambiente, levam este a fornecer de "maneira contínua toda a infra-estrutura e demais elementos essenciais à operacionalização das atividades de uma dada entidade"<sup>5</sup>. O desenvolvimento da sociedade também contribui para a perenidade da empresa, fazendo gerar riquezas, diminuindo a pobreza, aumentando o consumo de bens e serviços por ela elaborados.

Existe também o ponto de vista de vantagens competitivas, em que o meio ambiente ou seus investimentos, tornam-se um ponto de diferencial com outras empresas do mesmo ramo, estabelecendo, assim, uma posição de liderança. "Teoricamente, se você acha que a ecologia é mais um ás na manga, então não há nada de errado em usar suas realizações no campo da defesa do meio ambiente para dizer ao mercado que 'nós somos melhores que os outros'." <sup>6</sup>. Da mesma forma que através de investimentos no social, a empresa pode mudar sua imagem perante o consumidor.

<sup>4</sup> PATON, Willian A., citado por RIBEIRO, Maisa de Souza. *Op cit*, pag. 58.

<sup>5</sup> RIBEIRO, Maisa de Souza. *Op cit*, pag. 47.

<sup>6</sup> CONSOLI, Frank. In BLUMENFELD, Karen e MONTRONE, Anthony. Quando a ecologia dá bons lucros. *HSM Management*, ano 01, nº 3, pag. 136, julho/agosto 1997.

Porém, a evidenciação dos gastos efetuados com este propósito pode gerar muitos reflexos adversos que, ao invés de benéfico, se transformaria em um grande problema não só para a empresa mas, também, para a própria sociedade e, por via de consequência, para o governo. Em função disso, muitas empresas relutam em enveredar por esse caminho por medo de que isso se volte contra elas.

Imaginem uma empresa de geração de energia nuclear divulgando os seus vultosos gastos com equipamentos e abrigos de proteção nuclear e com a construção de estradas e vias para evacuação da população em caso de acidente. Tais gastos, socialmente e até legalmente, obrigatórios para a empresa, poderiam gerar um sentimento de revolta nas pessoas, tendo em vista o conhecimento que passariam a ter do risco a que elas estão expostas, mesmo com a possibilidade remota de ocorrência de acidente. Se disto resultasse o encerramento das atividades da empresa, provocaria desemprego na região, tanto dos empregados diretos quanto daqueles de atividades ligadas; afetaria o comércio e a arrecadação de impostos do local; o planejamento energético teria de ser refeito, com complexidade maior ou menor, em função do porte da usina geradora, com consequência direta sobre o governo e a sociedade.

Outro exemplo envolve os grupos ambientalistas, que "poderiam questionar publicamente o verdadeiro valor ecológico de produto, ou ir buscar outros aspectos da empresa, não tão respeitosa com o meio ambiente."<sup>7</sup>.

Deve ser destacado que a conveniência da empresa em divulgar é, apenas, quanto à forma, porém tem de estar sempre subordinada ao grau de risco ao qual a população está exposta. Há a necessidade da sociedade ter informações suficientes para decidir o que é melhor para ela.

Estas "diversas maneiras que o receptor pode utilizar para interpretar uma mesma informação (...)", da maneira "(...) que lhe

<sup>7</sup> CONSOLI, Frank. In BLUMENFELD, Karen e MONTRONE, Anthony. *Op cit*, pag. 137.

forem mais convenientes, positivos ou negativos”<sup>8</sup>, fazem com que as empresas invistam cada vez mais no social e no ambiental, pois elas passam a ter o respaldo do mercado e da sociedade. Beneficiam, assim, a informação como um todo, enriquecendo toda e qualquer forma de evidenciação.

### 3 EXEMPLOS DE AÇÕES EMPREENDIDAS

A resistência do empresário aos novos anseios da sociedade tem sido quebrada ou, pelo menos, reduzida, à medida que órgãos públicos de fiscalização atuam, e entidades de prestígio internacional defendem, cada vez com mais veemência, a qualidade de vida da humanidade. Segundo estudo do Banco Mundial (BIRD)<sup>9</sup>, resultado de seis anos de pesquisas, a pressão popular, as reportagens de denúncias, as flutuações das bolsas de valores e as taxas por emissão de poluentes são mais eficientes do que a ação fiscalizadora de governos. Em função disto, o número de empresas que adota este espírito preservacionista tem aumentado consideravelmente.

Algumas empresas têm conseguido reflexos benéficos, evidenciando os resultados positivos obtidos com as medidas antipoluidoras, enquanto outras amargam perdas pela divulgação dos malefícios causados à natureza. Os mercados de capitais de várias partes do mundo têm demonstrado esta reação dos investidores. O estudo do BIRD<sup>10</sup> citado, exemplifica o caso de uma cervejaria filipina que teve suas ações valorizadas em 60% após a divulgação de aquisição de equipamentos antipoluentes e; em contrapartida, cita uma indústria mexicana de celulose cujas ações

caíram quase 50% após a divulgação de multa sofrida por violação das normas ambientais.

A Petrobrás patrocina ações de natureza ecológica e social que refletem, positivamente, a sua imagem junto ao público, podendo ser citado, dentre tantos outros, o projeto TAMAR, de preservação da tartaruga marinha. Mas, todo esse esforço pode ser em vão, desmoronando a imagem tão arduamente construída quando ocorrem fatos adversos. É o caso do acidente ocorrido no dia 18/01/2000, quando um oleoduto se rompeu, derramando 1,3 bilhões de litros de óleo na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, criando uma imagem da companhia totalmente negativa, apesar das providências imediatas adotadas e do vulto dos gastos despendidos para reduzir seus efeitos, e da multa de R\$ 51 milhões aplicada e prontamente paga por ela. Pois, a fauna e a flora ficaram seriamente comprometidas, com repercussões econômicas e sociais graves, conseqüentes da impossibilidade da pesca que mantinha um número considerável de pessoas ocupadas; além dos prejuízos na área de lazer, por desencorajar o fluxo de turistas ao Rio de Janeiro, nem tanto pela contaminação efetiva das praias, mas muito mais pela repercussão do acidente e pela possibilidade de poluição das praias da zona sul da cidade.

Estes fatos provocam um efeito multiplicador, estimulando outras empresas a tomarem a iniciativa de melhorar seus processos e aumentar as medidas preventivas para diminuir ou eliminar a emissão de poluentes.

Algumas vezes são encontradas alternativas que permitem aliar a redução de emissão de agentes poluentes e a obtenção de economia de algum insumo de produção. Ocorreu um exemplo recente, dia 22 de dezembro de 1999, quando da inauguração de uma usina termoelétrica de 230 MWH, capaz de iluminar uma cidade de 2 milhões de habitantes, pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada na cidade de Volta Redonda – RJ. O custo desta usina, de R\$ 300 milhões, será totalmente amortizado em 9 anos de operação porque substituirá 60% da energia elétrica comprada da fornecedora de energia

<sup>8</sup> RIBEIRO, Maisa de Souza. *Op cit*, pag. III.

<sup>9</sup> BANCO MUNDIAL. *Greening industry: new roles for communities, markets and governments*, divulgado em novembro de 1999, in “Pressão antipoluição supera controles oficiais”, *Gazeta Mercantil*, edição nacional, 25 de nov. de 1999, p.A-9

<sup>10</sup> BANCO MUNDIAL, *op. cit.*, p.A-9

(LIGHT). Sabem qual é a fonte de energia desta usina? Não é carvão, óleo diesel ou gás de petróleo; é simplesmente os gases poluentes resultantes do processo de produção do aço que poluía a atmosfera da região. Esta solução econômica e antipolvente inspirou a seguinte frase da presidente da CSN, na cerimônia de inauguração da usina: “Hoje a cidade de Volta Redonda se orgulha da empresa que tem”<sup>11</sup>.

Atualmente, percebemos que as demonstrações contábeis não representam com fidelidade a realidade das empresas.

A contabilidade, portanto, não pode ficar fora deste importante assunto. Afinal “é a ciência que se preocupa com a identificação, mensuração e informação dos recursos alocados a uma determinada entidade, além dos eventos econômicos que a afetaram e/ou que poderão afetá-la, objetivando demonstrar sua situação econômica, financeira e física, satisfazendo, assim, às necessidades informativas de seus usuários na avaliação das decisões a serem tomadas”<sup>12</sup>.

#### 4 CONTABILIZAÇÃO

Segundo Ribeiro<sup>13</sup>, existem duas alternativas de contabilização.

Na primeira, os dados relativos ao meio ambiente seriam demonstrados em um relatório adicional às demonstrações contábeis.

“A outra alternativa seria a de incluir todos os dados relacionados ao meio ambiente nas demonstrações contábeis, nas notas explicativas destas e relatórios de administração (...)”

Concordando com a autora citada, somos partidários da segunda corrente, destacando que nossa proposta consiste na contabilização, não só dos eventos relacionados ao meio ambiente, mas, também, aqueles relacionados à sociedade, conforme demonstrado nos tópicos a seguir.

<sup>11</sup> ALVES, Márcio M. *Empresas cidadãs*. Rio de Janeiro: O Globo, 26 de dez. de 1999. p.4

<sup>12</sup> IUDÍCIBUS, Sérgio de. In RIBEIRO, Maisa de Souza. *Op cit*, pag. V.

<sup>13</sup> RIBEIRO, Maisa de Souza. *Op cit*, pag. V.

#### 4.1 Reconhecimento

Existem três momentos para o reconhecimento da degradação social e ambiental nos demonstrativos contábeis, todos eles relacionados à ocorrência do impacto, sendo este definido como “a mudança de um parâmetro ambiental, sobre um período específico e em uma área definida, resultando de uma atividade particular, comparada com a situação que deveria ter ocorrido se a atividade não tivesse sido iniciada”<sup>14</sup>, quer sejam estes diretos ou indiretos.

Tais momentos podem ser classificados por:

- a) antes da ocorrência do impacto – a possibilidade de ocorrência do evento é reconhecida antes do impacto. Contabilmente na forma de provisão contingencial, em função de a execução das operações normais da empresa serem potencialmente malélicas à sociedade e ao meio ambiente. Isto porque a empresa assume que existe a possibilidade de poder degradar o meio ambiente e a sociedade;
- b) na ocorrência do impacto – é o momento em que a empresa dá, efetivamente, causa ao dano, pela emissão de efluentes no ambiente, causando maléficos à natureza e à sociedade. Contabilmente pode ser feito mediante contas de resultado ou da constituição de provisão;
- c) após a ocorrência do impacto, quando da verificação do efeito – quando as consequências ou efeitos do impacto são sentidas pela natureza e/ou sociedade. Contabilmente os gastos serão registrados diretamente em resultado.

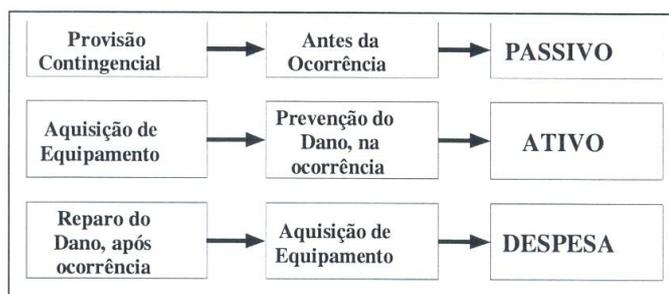
<sup>14</sup> WATHERN, P. *An introductory guide to EIA*. 1988, pag 7, in FERREIRA, Aracéli C. de Sousa, *Uma contribuição para a gestão econômica de meio ambiente: um enfoque de sistema de informações*. Tese de doutoramento, São Paulo: FEA/USP, 1998, pag. 53

Ferreira<sup>15</sup> entende que o reconhecimento deva ser feito quando da ocorrência do impacto, pelo princípio da competência contábil.

Ribeiro<sup>16</sup>, por outro lado, defende o reconhecimento *a posteriori*, ocasião em que os efeitos são constatados, na pressuposição que pode haver impacto sem consequência danosa.

Nós entendemos que ambas estão corretas, porém, incompletas. Deve a contabilidade, pelo postulado do conservadorismo, reconhecer a potencialidade do impacto, previamente. Nesta hipótese, seria contabilizada uma provisão pela possibilidade da ocorrência; um ajuste desta provisão na ocasião da ocorrência; e uma baixa da mesma por ocasião do reparo do dano causado.

Esquemáticamente, o reconhecimento pode ser visualizado no fluxograma abaixo<sup>17</sup>.



<sup>15</sup> FERREIRA, Aracéli C. de Sousa, *Uma contribuição para a gestão econômica de meio ambiente: um enfoque de sistema de informações*. Tese de doutoramento, São Paulo: FEA/USP, 1998.

<sup>16</sup> RIBEIRO, Maisa de Souza. *Op cit.*

<sup>17</sup> Quadro adaptado de FERREIRA, Aracéli C. de Sousa, *Apostila*.

## 4.2 Classificação

Assim, seria de grande valia a classificação dos gastos em grupos distintos, levando-se em consideração os objetivos e a finalidade de cada um deles. A forma da sua divulgação teria de ser seletiva, de acordo com o grupo do plano de contas da empresa. Por outro lado, a sociedade teria mais facilidade em identificar as empresas que, voluntariamente, colaboram para a sociedade e aquelas que, simplesmente, aplicam um paliativo para compensar os males que a estão expondo.

As restrições ambientais podem ser definidas a partir de dois posicionamentos, que são o obrigatório e o espontâneo, conforme a seguir:

- a) obrigatório – é aquele resultante de medidas legais estabelecendo limites, cuja obediência pode inviabilizar alguma atividade, seja por recursos tecnológicos muito avançados e não disponíveis, seja por preço do produto final não competitivo em função dos custos necessários ao atendimento dos limites;
- b) espontâneo – é aquele que beneficia o ambiente, ou pelo menos não o degrada, embora não seja resultante de regulamentações oficiais. É o caso de áreas verdes em regiões liberadas ou sem limites obrigatórios, ou preservação em proporção acima dos limites em regiões não liberadas e com limites obrigatórios estabelecidos, ou ainda, casos extremos, onde o proprietário investe no reflorestamento de pastos ou áreas semi desérticas<sup>18</sup>; reaproveitamento de recursos naturais utilizados, tais como água de refrigeração de equipamentos em que os microorganismos são mortos na

operação, porém esta água, ao invés de ser descartada e feita nova tomada de água plena de microorganismos, ela é depositada em uma bacia de resfriamento e reaproveitada na produção.

## 4.3 Mensuração

A mensuração deve ser feita pelos gastos orçados para a execução da recuperação ambiental, referentes a remoção dos resíduos, a preparação do terrenos, o replantio, a conservação dos equipamentos e instalações de proteção e a recomposição da fauna, bem como da preservação do bem estar social. O impacto pode ser mensurado nos três momentos de reconhecimento e está sujeito a diferentes graus de arbitrariedade, a saber:

- a) antes da ocorrência do impacto – é o mais inexato dos três, em função de ser o risco totalmente abstrato e estar-se raciocinando sempre sobre a sua potencialidade, tanto da ocorrência, quanto do seu efeito;
- b) na ocorrência do impacto – é menos subjetivo que o anterior e, portanto, o seu cálculo apresenta resultado mais confiável, pois trabalha somente com a variável – potencialidade do efeito – posto que a ocorrência já se verificou;
- c) após a ocorrência do impacto, quando da verificação do efeito – é o mais objetivo, possibilitando a determinação dos seus valores com mais exatidão, uma vez que tanto o impacto quanto seus efeitos já se verificaram. Seria o custo da recuperação, procurando restabelecer o *status quo ante*.

<sup>18</sup> BARBIERI, Cristiane. *Paixão em preto, branco e muitos hectares verdes*. São Paulo: Valor, 02 de maio de 2000, p.B29

#### 4.4 Contabilização de uma operação típica

Para melhor explicar o processo de contabilização proposto, elaboramos o exemplo que segue, com o simples objetivo de tornar o texto mais inteligível e didático. Não é pretensão dos autores explicar o efetivo funcionamento de uma empresa de mineração, mesmo porque nenhum dos autores é geólogo, e a experiência profissional dos mesmos, no setor em tela, não é deveras amplo, portanto, possíveis impropriedades cometidas, tais como uso do vocabulário próprio da atividade, e supressão de algumas das fases de implantação e operação de uma empresa de mineração, não só, hão de ser perdoadas pelo leitor, como também, aceitamos as críticas pertinentes.

Elegemos uma empresa de mineração hipotética para exemplificar os procedimentos de contabilização (reconhecimento, classificação e mensuração) dos eventos que causam ou podem causar impactos à natureza e/ou à sociedade.

Em primeiro lugar caracterizamos cada fase da operação e os eventos provocados, dentre eles:

##### 1ª fase: pesquisa geológica (superfície)

Esta fase é subdividida em várias etapas. A primeira é a observação das características físicas das formações geológicas de cada região e, com isto, detectar as possibilidades de ocorrência do mineral desejado. Ela se realiza, atualmente, pela análise de mapas geológicos emitidos por câmeras instaladas em satélites artificiais. Portanto, sem qualquer contato físico com a natureza (sem levarmos em consideração os impactos ambientais causados pelo desenvolvimento, lançamento e manutenção de satélites artificiais no espaço); quando a observação indica possibilidade de ocorrência do mineral procurado, são coletadas amostras na área. Antigamente, era por pesquisa de superfície, efetuada por geólogos, no local. Por qualquer das duas formas, o dano provocado pelo contato das pessoas é imperceptível, e recomposto naturalmente, pois se constitui do recolhimento das amostras do solo, feito manualmente ou com o uso de ferramentas rudimentares (picão – tipo de picareta utilizada

por geólogos, mineradores e garimpeiros). Os gastos resultantes desta etapa não devem passar por contas ambientais ou sociais, devem ser registradas no resultado ou como gastos pré-operacionais, de acordo com a materialidade das mesmas e a situação da empresa, se em operação ou não, bem como, se o resultado desta pesquisa é ou não promissor.

##### 2ª fase: pesquisa geológica (subsolo)

Esta segunda fase somente será executada se o resultado da anterior for considerado positivo (promissor). Então, far-se-á uma pesquisa com instalação de equipamentos de perfuração para coletar amostras do subsolo, que serão submetidas a análise de composição química, em laboratório. Esta fase provocará, com certeza, danos ao meio ambiente, pois ocorrerá desmatamento de área para instalação e manutenção de maquinaria e pessoal, abertura de picadas de acesso, e vazamento de óleo, graxa e demais excretas. De acordo com o plano de pesquisa, o número de “furos” pode aumentar e a distância entre eles diminuir com a evolução das ocorrências constatadas nas análises das amostras. Normalmente, essas áreas são de propriedade de terceiros, e os gastos com a pesquisa devem ser registrados em conta do ativo permanente, até que seja definida pela viabilidade ou não da exploração da jazida. Se inviável, os gastos serão levados ao resultado; se viável, eles serão exauridos pelo tempo de vida útil (potencial explorável) da jazida, de acordo com a medição, o prazo de exploração e o alvará concedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia – DNPM/MME. Além destes gastos diretos da pesquisa, existem outros não ocorridos, mas de responsabilidade da empresa que devem ser provisionados em conta do passivo circulante ou do exigível a longo prazo, correspondentes aos valores do reflorestamento, reinserção e monitoramento de elementos da flora e fauna, dos serviços de execução de canaletas de drenagem e de muros de arrimo para contenção de encostas e dos serviços de remoção dos derramamentos de óleos, graxas e demais excretas.

Após o sucesso dos testes das amostras em laboratório e a conclusão pela viabilidade do empreendimento, para o início das atividades de extração (próxima fase), tendo em vista este tipo de atividade ocorrer em locais de poucos recursos, deverão ser providenciadas condições mínimas para assentamento do novo contingente populacional que a empresa provocará.

#### 3ª fase: extração

A terceira fase será a extração, que é subdividida em duas partes: desenvolvimento e mineração. O desenvolvimento consiste na extração do estéril (terra sem mineral), para possibilitar o acesso ao corpo mineral (ou veio). Este material tem de ser depositado em algum local, seguindo algumas medidas mínimas de segurança, tanto no transporte quanto na deposição para evitar acidentes e, após a mineração, devolvido ao local de onde foi retirado. A mineração tem as mesmas operações do desenvolvimento, só que o alvo é o corpo mineral (minério com teor adequado de concentração). Nesta fase existem os gastos normais da operação, levados para custo e depois para resultado, e aqueles referentes ao reparo dos danos causados ao ambiente e à sociedade, cujos valores são mensurados e provisionados numa conta específica e devem corresponder à possibilidade de ocorrência de acidente, à remoção do refugio para o local original, às obras necessárias ao replantio e reinserção de elementos da fauna e da flora etc. Durante a execução destas tarefas, os valores incorridos serão debitados à conta de provisão, devendo permanecer um saldo correspondente aos riscos de acidentes futuros.

#### 4ª fase: metalurgia

A quarta fase diz respeito ao processo metalúrgico que consiste na separação do mineral propriamente dito (ouro, platina, prata etc.) do minério que o contém. Esta fase é executada em uma planta de processamento que pode utilizar substâncias tóxicas e corrosivas, dependendo das características do minério. Nesta planta será elaborado o produto final e será gerado um volume de rejeito que deverá ser depositado numa bacia de decantação, junto à qual deverá ser mantida uma reserva florestal,

com os propósitos de filtrar o ar exalado e proteger o solo contra erosão, entre outros. Os gastos de manutenção desta bacia de decantação, bem como os de monitoramento da água, do ar, da fauna e da flora, deverão ser considerados custos da operação, integrando o custo do produto e levado à resultado quando da venda deste. Além disso, deverão ser provisionados, como contingência ambiental e social, a possibilidade de ser necessário reflorestar áreas devastadas; construir nova bacia de decantação para recuperação das áreas contaminadas pela atual; indenizar pessoas atingidas por despejo de água imprópria no leito dos rios, e/ou dos chamados refugos, causando o assoreamento daqueles; ou por acidentes de rompimento da barragem de contenção. Esta provisão deverá ser constituída em função do volume de produção, até o limite estabelecido por uma consultoria especializada, cujo relatório será auditado por empresa independente; a provisão seria debitada após a exaustão da jazida e após o encerramento das atividades, sem acidente, pelos gastos na recuperação do meio ambiente, com a eliminação total do risco, inclusive mediante estudos sobre o comportamento futuro do lençol freático, reestabelecendo, dentro do possível, o *status quo ante*.

Deveria ser provisionado, também, o gasto a ser incorrido pelo fornecimento de condições mínimas para proporcionar o retorno da mão-de-obra e de seus familiares ao local de origem, quando da exaustão da jazida, evitando o processo de favelização, tal como se deu, recentemente, com o *boom* da construção civil nos bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes, na cidade do Rio de Janeiro.

No Anexo "A", o fluxograma proporciona uma visão sintética do reconhecimento, da mensuração e da contabilização

## 5 PROPOSTA DE CONTAS A SER INSERIDAS NO PLANO DE CONTAS

Sugere-se os seguintes grupos:

- a) No Patrimônio - ativo permanente:
- Reservas florestais para proteção ambiental
    - Proteção de lagos e lagoas
    - Proteção de nascentes de rios
    - Proteção de encostas
  - Muros de arrimo
    - Proteção contra erosão
  - Destinação de rejeitos
    - Filtros de proteção de efluentes gasosos
    - Barragem de proteção de efluentes líquidos
    - Bacias de decantação de substâncias químicas
    - Áreas de armazenamento de rejeito nuclear
  - Obras de arte
- b) No Patrimônio - ativo circulante:
- Estoques de Matéria-Prima
    - Renováveis
    - Não renováveis
    - Reciclada
  - Estoque de Produtos Acabados
    - Renováveis
    - Não renováveis
    - Reciclada
- c) No Patrimônio - passivo
- Provisões para recomposição ambiental por acidente
  - Provisões para recomposição de áreas degradadas
  - Provisões para indenizações por danos pessoais
  - Provisões para indenização por danos à fauna.
  - Provisões para multas
- d) No Resultado – despesas com empregados
- Assistência médica
  - Auxílio alimentação
  - Ajuda transporte
  - Despesas farmacêuticas
  - Assistência odontológica
- Seguro de vida e acidentes pessoais
  - Treinamento
  - Prêmios de desempenho
- e) No Resultado – auxílio à comunidade
- Doações a asilos
  - Doações a instituições de caridade
  - Doações a hospitais
- f) No Resultado – despesas culturais
- Manutenção, conservação e reparos
    - Monumentos públicos
    - Ruas e praças públicas
    - Igrejas e teatros
    - Parques e jardins públicos
  - Patrocínios
    - Filmes e peças teatrais
    - Livros e revistas culturais
    - Orquestras e bandas
    - Grupos folclóricos
    - Espetáculos circenses
    - Expedições científicas e acadêmicas
    - Clubes esportivos
- g) No Resultado – despesas com multas
- Multas por agressão ao solo
  - Multas por agressão à fauna
  - Multas por agressão à flora
  - Multas por condições inseguras e/ou insalubres

## 6 EVIDENCIAÇÃO

A evidenciação dos recursos classificados nos subgrupos “c”, “d” e “e” não apresenta qualquer problema para a imagem da empresa. Pois eles enobrecem a sua atitude, uma vez que está beneficiando os empregados e a comunidade residente na sua área de influência. Recente pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

(IPEA), com 1.315 empresários, da região sudeste brasileira, revelou que 63% das empresas concedem algum tipo de benefício não obrigatório aos seus empregados e que 66% delas prestam algum tipo de ajuda à comunidade. A mídia tem destacado as ações de empresas, atinentes ao subgrupo “e”, atuando em número cada vez mais significativo, ainda mais com os incentivos de isenções fiscais concedidos pelo governo. Os grupos “a”, “b” e “f” constituem-se uma dúvida sobre a repercussão da sua evidenciação. Pode ser positiva se conseguir-se transmitir a imagem de preocupação espontânea com o meio ambiente; porém, pode ser negativa se elas evidenciam uma agressão à natureza e aos empregados.

Os projetos de investimento e o planejamento dos resultados das empresas, que têm sido contemplados com valores substanciais destinados à preservação ambiental, além de outras iniciativas em benefício da sociedade, classificáveis nos subgrupos “c”, “d” e “e”, terão benefícios com sua evidenciação. Neste sentido, elas têm patrocinado programas sociais, culturais e artísticos, financiando espetáculos teatrais, circenses, cinematográficos; além de aplicar recursos na restauração e preservação de igrejas, monumentos e praças públicas e na participação em campanhas e em doações continuadas a instituições de caridade e beneficentes. Com isto, elas conseguem formar uma imagem favorável à aceitação dos produtos e serviços que oferecem à sociedade, estabelecendo uma ligação direta das atitudes adotadas com a qualidade, a necessidade e a utilidade dos seus bens e, por que não dizer, até da sua essencialidade.

No outro grupo se enquadram as empresas cujas aplicações na proteção ambiental e pessoal não são menos significativas, porém elas são compulsórias e não espontâneas e têm a característica de pagamento de uma dívida social, ou de um reparo por um mal causado à sociedade. Nesta situação, a evidenciação não causaria uma imagem positiva da empresa, podendo causar o efeito inverso, ou seja, de rejeição aos seus

produtos. Para minimizar este efeito adverso elas terão de fazer um trabalho de divulgação muito bem elaborado.

## 7 CONCLUSÃO

Uma empresa moderna não pode mais planejar suas atividades apenas com uma visão matemática e fria do lucro, resultante das suas receitas de vendas menos seus custos e despesas, sem considerar nestes custos e despesas os gastos com o social. Atualmente a empresa que não tem este comportamento não conseguirá manter a fidelidade do consumidor e está fadada ao fracasso.

Já foi o tempo em que bastava a empresa cumprir as leis e regulamentações para manter seu produto no mercado.

Hoje a sociedade está mais conscientizada dos problemas sociais e ambientais e, naturalmente, optará pelo consumo de produtos, não só ecologicamente elaborados, mas também daqueles oriundos de empresas que desenvolvem e patrocinam programas sociais, com objetivo de proporcionar uma vida, social e ambientalmente, saudável.

Neste cenário de mudanças direcionado para uma qualidade de vida melhor, a contabilidade, que é o repositório de todas as informações das empresas, não poderia se omitir deixando de registrar e evidenciar as condições, favoráveis ou desfavoráveis, em que operam as empresas.

A visão continua sendo o *lucro*, porém dedicando atenção especial ao *social* e ao *ambiental* para que ele seja efetivamente *duradouro*.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Márcio M. Empresas cidadãs. Rio de Janeiro: *O Globo*, 26 de dez. de 1999. p.4
- BANCO MUNDIAL. Greening industry: new roles for communities, markets and governments, divulgado em novembro de 1999, in “Pressão antipoluição supera controles oficiais”, *Gazeta Mercantil*, edição nacional, 25 de nov. de 1999, p.A-9
- BARBIERI, Cristiane. Paixão em preto, branco e muitos hectares verdes. São Paulo: *Valor Econômico*, 02 de maio de 2000, p.B29
- BLUMENFELD, Karen e MONTRONE, Anthony. Quando a ecologia dá bons lucros. *HSM Management*, ano 01, n° 3, p. 136, julho/agosto 1997.
- FERREIRA, Aracéli C. de Sousa. *Uma contribuição para a gestão econômica do meio ambiente: um enfoque de sistema de informações*. Tese de doutoramento, São Paulo: FEA/USP, 1998
- RIBEIRO, Maisa de Souza. *Contabilidade e Meio Ambiente*. Dissertação de Mestrado, FEA/USP, São Paulo, 1992
- SILVA, João Pina da, et alii. *Novos desenvolvimentos da contabilidade: a contabilidade social*. Revista Revisores e Empresas. Lisboa, a.1, n.1, p. 31, abr./jun. 1998, in *Contabilidade social*. Revista Brasileira de Contabilidade, ano 28, n° 120, p. 30-38, nov./dez. 1999